

UM “NOVO MODELO ECONÓMICO” QUE CRIE RIQUEZA PARA DISTRIBUIR



Num encontro com centenas de autarcas social-democratas, dia 10, em Fátima, Rui Rio insistiu na necessidade de Portugal fazer reformas estruturais para ultrapassar um conjunto de “estrangulamentos” que travam o nosso desenvolvimento coletivo. Durante 1 hora e 20 minutos, o Presidente do PSD respondeu às perguntas dos autarcas sobre os mais variados temas, em particular sobre saúde, sistema político, justiça, combate à corrupção, controlo orçamental, descentralização/coesão territorial e política externa, áreas que carecem de soluções orientadas por uma estratégia subordinada ao “interesse nacional”



pág. 6

PRESIDENTE

GOVERNAÇÃO SOCIALISTA FOI “UMA OPORTUNIDADE PERDIDA”

No debate televisivo transmitido pelos três canais generalistas, dia 16, Rui Rio considerou que os últimos quatro anos foram “uma oportunidade perdida” e questionou a “saúde” real da economia portuguesa



pág. 10

LOCAIS

PSD CRITICA “TOTAL AUSÊNCIA DE CLARIFICAÇÃO NA LIGAÇÃO ENTRE PORTIMÃO E O FUNCHAL”

O PSD de Portimão acusa António Costa e o PS de desprezarem o Algarve ao prometerem o “ferry Funchal-Lisboa sem clarificarem a situação de Portimão”



pág. 12

REGIONAIS

GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES “ESCONDE” LISTAS DE ESPERA PARA CIRURGIA

O líder parlamentar do PSD/Açores acusa o Governo regional de estar a “esconder” os dados sobre as listas de espera para cirurgia desde maio de 2018, exigindo que o executivo “deixe de ocultar” essa informação dos açorianos



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

A SONDAGEM QUE CONTA

As sondagens são como os sapatos. Para todos gostos, medidas e feitios.

Do ponto de vista técnico, se forem realizadas de forma isenta, são um instrumento sério de análise e uma ferramenta de trabalho. Mas se forem manuseadas, com a mera intenção de influenciar ou em função de um determinado interesse, acabam por funcionar como mecanismo de propaganda massiva. Funcionam, neste caso, como máquinas de manipulação coletiva.

Pode uma sondagem com uma amostra de 605 entrevistas ser mais fiável do que um inquérito que validou 2048 entrevistas telefónicas? Em teoria, pode. Tudo depende do rigor que esteve na base da sua realização – e das diversas variáveis que orientaram o estudo de opinião, como a distribuição dos entrevistados, a extrapolação dos resultados, a margem de erro, os cálculos finais, ou até o tratamento jornalístico que é dado a determinado inquérito. Às vezes, basta um título de um jornal para deturpar os dados e o resultado de uma sondagem.

Não é aceitável que, a cada ato eleitoral, o fenómeno da credibilidade das sondagens venha à tona. Não é normal, eleição após eleição, continuarmos a ter sondagens que expõem uma face insegura da nossa democracia, com estudos de opinião que surgem para legitimar certas estratégias de controlo e de poder e até com lógicas comerciais das próprias empresas de sondagens e dos seus financiadores ou para deturpar a realidade. Em 2019, a página sombria e autofágica das sondagens assistiu a um novo capítulo. São as sondagens inventadas. Ainda na semana passada, o diretor do Centro de Estudos e Sondagens de Opinião (CESOP), da Universidade Católica, denunciava uma falsa sondagem que circulava na Internet. Na era das redes sociais, tudo é possível. Depois das "fake news", eis que surgem agora as sondagens marteladas.

As sondagens não podem continuar a ser feitas "à la carte", onde o resultado pode ser tudo e mais um par de botas. Queremos mais transparência e, de uma vez por todas, exigimos que as autoridades competentes punam as práticas que transformam as sondagens em instrumentos enviesados de influência psicológica. Ignorar este problema é permitir que a democracia se deixe manietar por poderes antidemocráticos e que destroem ainda mais a relação de confiança entre os eleitores e os partidos.

A outra questão, mais de substância, é esta: as sondagens bem podem avaliar determinada personalidade, assunto ou sentido de voto. Agora há uma coisa que nenhum estudo de opinião consegue em democracia, que é sobrepor-se à decisão livre, pessoal e intransmissível do eleitor. A liberdade da democracia é mais forte que a ditadura das sondagens. Se as sondagens decidem tudo, porque votamos afinal?

As escolhas do eleitorado fazem-se individualmente, voto a voto em eleição secreta, com o boletim colocado em urna. Cada eleitor transporta consigo a vontade intransmissível e inviolável da sua consciência. Não são as sondagens que decidem antecipadamente quem vai ganhar ou quem vai perder. Os eleitores são soberanos até ao dia da escolha.

Historicamente, sabemos que Rui Rio é especialista em perder sondagens. O seu forte é vencer eleições. No PSD, ao contrário do que outros fazem, não nos deixamos condicionar pelo suposto sentido de voto, nem estamos reféns dos resultados das sondagens. Há governos que só tomam medidas depois de conhecerem previamente a reação da opinião pública. Para o PSD, a opinião que conta é aquela que é firmada em eleição e, no plano das decisões, vale apenas a razão legitimada pelo interesse nacional. Só desiste de lutar quem não tem convicções ou quem não acredita nas posições que defende. Para o PSD, é no dia 6 de outubro, que teremos a única sondagem que verdadeiramente conta para Portugal.

UM "NOVO MODELO DE RIQUEZA PARA PORTUGAL"

Num encontro com centenas de autarcas social-democratas, dia 10, em Fátima, Rui Rio insistiu na necessidade de Portugal fazer reformas estruturais para ultrapassar um conjunto de "estrangulamentos" que travam o nosso desenvolvimento coletivo. O Presidente do PSD considera que "só um novo modelo de desenvolvimento económico e social", de melhores salários e com menos impostos, poderá gerar riqueza de forma sustentada. Durante 1 hora e 20 minutos, o Presidente do PSD respondeu às perguntas dos autarcas sobre os mais variados temas, em particular sobre saúde, sistema político, justiça, combate à corrupção, controlo orçamental, descentralização/coesão territorial e política externa, áreas que carecem de soluções orientadas por uma estratégia subordinada ao "interesse nacional".

De acordo com Rui Rio, as reformas estruturais só serão possíveis com "acordos alargados", pelo que não viáveis apenas com o apoio de "um único partido". "O País tem estrangulamentos estruturais no seu funcionamento. O nosso desenvolvimento está condicionado por determinados estrangulamentos de ordem estrutural que temos de conseguir ultrapassar", expressou.

O rumo que Portugal conheceu na presente legislatura é, segundo Rui Rio, insatisfatório, sobretudo pela ausência de uma "estratégia económica", mesmo perante uma conjuntura externa favorável, com Portugal a beneficiar de taxas de juros baixas. "Se não conseguirmos que Portugal cresça mais e melhor, todos os outros problemas que temos serão muito difíceis de resolver e não criaremos riqueza para distribuir", alertou.

Rui Rio admite que a "economia criou emprego", mas de forma "precária" e assente em "baixos salários". "Aquilo que temos de ser capazes é de criar empregos de perfil mais elevado, melhor emprego e melhores salários, isto não aparece por magia", referiu, acrescentando que Portugal deve apostar nas empresas que "produzam bens transacionáveis" e com "conhecimento incorporado" para manter no País mão-de-obra qualificada. "Temos de ter uma estratégia de crescimento económico que leve a uma maior competitividade no País. Já tivemos isto, de forma notável, por exemplo, quando o eng. Mira Amaral foi ministro da Indústria, que na prática era ministro da Economia, que foi o melhor ministro da Economia que Portugal teve. Aí, a economia portuguesa deu um salto brutal em termos de competitividade", disse.

Num segundo nível, Rui Rio defende a melhoria dos serviços públicos, que "pio-raram substancialmente relativamente a 2015 com a governação do PS". O Presidente social-democrata elege a saúde como um imperativo nacional. Nesse sentido, Rui Rio propõe o reforço de vagas em Medicina nas universidades e mais incentivos financeiros para os médicos se fixarem no interior e no Algarve, onde a falta destes profissionais é mais notada.

Rui Rio acusa o Executivo de António Costa de não cumprir a Constituição na questão do acesso universal dos portugueses ao Serviço Nacional de Saúde (SNS). "O nosso objetivo é melhorar os serviços públicos e em particular a saúde, que nos toca a todos direta ou indiretamente", frisou.

O ambiente será a terceira prioridade de um futuro governo do PSD, "para se atingir a neutralidade carbónica o mais rápido possível". "A luta contra o aquecimento global não renderá muitos votos. Agora a verdade é que, países grandes e países pequenos, e cada um de nós individualmente, têm a obrigação de contribuir contra o aquecimento global", expressou.

Numa sessão moderada pelo presidente dos ASD, Hélder Sousa Silva, Rui Rio reafirmou que, para se lutar contra a corrupção, é necessário dotar o Ministério Público e a Polícia Judiciária de mais meios para uma investigação mais eficaz. O que não pode acontecer, na sua opinião, é andar-se "a passar por cima do princípio presunção de inocência" na praça pública. "A justiça tem de ser mais transparente e os julgamentos feitos nos tribunais. Sem justiça eficaz não há Estado de direito", sublinhou.

Rui Rio discorda ainda da gratuitidade dos manuais escolares para todos os alunos, considerando que "não é justo" o atual modelo, assim como o fim das propinas no ensino superior. "Os manuais devem ser gratuitos para quem precisa", sintetizou.

Neste encontro, Rui Rio elogiou o trabalho dos autarcas que, em "proximidade às pessoas", procuram concretizar as melhores soluções para promover o bem-estar das populações.

DELO ECONÓMICO” QUE CRIE DISTRIBUIR





Rui Rio num almoço-debate da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa

BANCO DE PORTUGAL DEVERIA TER SIDO “MAIS INDEPENDENTE”

Rui Rio considera que se a atuação do Banco de Portugal tivesse sido “mais independente” do sistema, Portugal teria evitado alguns problemas financeiros. Num almoço-debate da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, dia 10, em Lisboa, o Presidente do PSD fez uma exposição centrada nas prioridades do programa eleitoral do PSD, nomeadamente na economia, no ambiente, na saúde e nas reformas estruturais.

Na fase das perguntas dos convidados, Rui Rio assinalou que se o regulador central português “tivesse estado atento, se tivesse intervindo, se tivesse sido mais independente do próprio sistema, nunca teríamos chegado à situação que chegámos nos mais diversos bancos, para não falar só no BES”. “Tinha de ter muita prudência (...) sob pena de enganar as pessoas, como enganou muitas, que perderam ainda mais dinheiro”, afirmou, justificando o seu olhar “muito crítico” sobre a ação do BdP.

Nesta iniciativa que juntou dezenas de empresários, Rui Rio defendeu que para alcançar “melhores empregos e melhores salários”, o próximo governo deve “fazer o contrário” do que aconteceu nos últimos quatro anos com o executivo PS, que, apoiado numa maioria de esquerda, optou por estimular o consumo privado, relegando para segundo plano a capacidade exportadora das empresas.

Sobre as reformas estruturais, o líder social-democrata insiste que estas têm de ser feitas “num consenso o mais alargado possível”. “Se queremos efetivamente mudar o sistema político ou reformar a justiça não há nenhum partido, nem que tenha maioria absoluta, que um dia o consiga fazer”, apontou, garantindo que o PSD irá sempre “liderar” este movimento a favor de reformas, após as eleições legislativas.



CONSTRUIR A ESPERANÇA

No dia 6 de outubro, decidiremos o que queremos para o futuro do nosso País.

Em confronto estão duas alternativas: uma visão com os olhos postos no presente, com uma gestão de todos os assuntos e dos vários problemas a partir de uma máquina propagandista, de quem oferece apenas mais do mesmo; e a visão do PSD: uma visão de futuro, reformista, que não hipoteca as gerações seguintes para ganhar oportunisticamente o momento (e o poder no) presente.

Todas as pessoas que votam no dia 6 de outubro estarão de um destes lados.

Quem não for votar, está do lado do manter tudo na mesma. Quem votar branco ou nulo contribui para que nada mude. Quem votar nos pequenos partidos, à esquerda ou à direita, porque comunicam de forma gira, porque são uma pretensa alternativa à direita ou porque traduz um eventual protesto contra este líder ou aquele dirigente do PSD, vota em arrastar o País para mais uma legislatura das esquerdas.

No dia 6 de outubro, não pode haver ilusões: ninguém vai mandar mensagens ou sinais ao líder, à CPN ou a este ou aquele candidato, que vai mais acima ou mais abaixo nas listas. No dia 6 de outubro escolher-se-á o regresso a um caminho de futuro, que reforme o país com seriedade, contas certas e visão de futuro; ou consagrar-se-á a continuidade de um caminho imediatista, sem ambição, sem estratégia ou rumo.

Portugal precisa de ambição! A esperança de um amanhã melhor não pode ser apagada pela narrativa instalada de que estamos no melhor possível, que estamos remediados... Nós podemos ter uma vida melhor, mais positiva, num país em que se possa ser feliz, onde todas as pessoas se sintam bem, respeitadas e valorizadas.

Esse amanhã depende da nossa capacidade de dar aos portugueses o país que merecem e de criar condições para Portugal ser melhor. Sem corrupção. Sem compadrios. Sem conluios que afastem as pessoas dessa esperança.

O PSD é a única alternativa face à atual solução governativa. Podemos até não o conseguir sozinhos, mas ninguém o conseguirá sem nós. É por isso que que desistir não é opção. Não temos esse direito!

Os resultados pré-anunciados não nos devem desmotivar: devem chamar-nos à responsabilidade. Não podemos deixar de votar PSD e não podemos deixar de incentivar as pessoas que estão à nossa volta de escolher uma alternativa que coloca o futuro das pessoas como meta e as pessoas no centro do caminho até a alcançar.

Quem quiser fazer este caminho não poderá senão votar PSD: com o pensamento no país e não nas tricas partidárias, com ambição e esperança no futuro, com mobilização da sociedade civil, das nossas comunidades que confiaram ao PSD alguns dos momentos mais difíceis das suas vidas – momentos em que o PSD respondeu sempre à altura, por vezes com erros, mas sempre com coragem, determinação e seriedade.

Hoje, temos de fazer o mesmo. Temos de devolver a esperança num futuro melhor, num país diferente!

Acredito que juntos podemos construir esse Portugal de esperança!



Hugo Carvalho

Cabeça de lista do PSD pelo círculo do Porto

Rui Rio num debate da Confederação do Comércio e Serviços

PS “COPIA” AS PROPOSTAS DO PSD



Rui Rio considera “grave” que o PS venha agora anunciar que fará da saúde “joia da coroa” na próxima legislatura, quando nos últimos quatro anos o Serviço Nacional de Saúde se degradou de forma “brutal”. “Todos nós sabemos que o Serviço Nacional de Saúde está hoje muito pior do que estava há quatro anos. Quando o Governo vem dizer que investiu ou gastou mais dinheiro no Serviço Nacional de Saúde, então é grave. O que seria menos grave era dizer: nós cortamos muito, cortamos demais e agora vamos deixar de fazer isso. Não. O que ele diz é: nós até pusemos lá mais dinheiro. Então nós temos de perguntar: então pôs mais dinheiro e o serviço ainda está pior?”, interrogou.

O líder do PSD questiona a desfaçatez do PS para prometer aquilo que não fez nesta legislatura. “O Governo está lá há quatro anos, degradou de uma forma brutal, agora dá um bocado o braço a torcer. Diz que está mal e que vai ter de pôr bem, mas não diz como é que vai pôr bem. E, da mesma maneira que fez, não dá”, afirmou.

Rui Rio comentava assim o estudo da Organização Mundial de Saúde que indica que Portugal é um dos quatro países que menos investiu em saúde entre 2000 e 2017 (menos de 0,2% do PIB foi investido em saúde pública).

O Presidente do PSD, que participou, dia 11, num debate promovido pela Confederação do Comércio e Serviços (CCP), no Porto, acusou também os socialistas de “falta de rigor” nas contas do seu programa eleitoral e que traduz um desvio de 800 milhões de euros face ao

Programa de Estabilidade para 2019. “Há realmente uma falta de rigor. O próprio quadro macroeconómico do Partido Socialista não existe, é uma coisa que eles vão falando daquilo que foi o Programa de Estabilidade que foi apresentaram e agora começam a fazer promessas a mais e vão ajustando o quadro, ou seja fazem do fim para o princípio”, defendeu.

Rui Rio diz também que “o Partido Socialista” está recuar nos “compromissos eleitorais” e sente a necessidade de aproximar-se ou de copiar as propostas do PSD. “Dou um exemplo pequenino que é o Erasmus do Interior,(...) mas isto tem vindo a acontecer e não só com o PS. Até o próprio Bloco de Esquerda disse que anda perto da social-democracia. Isto comprova que aquilo que nos temos vindo a dizer tem sustentabilidade, é equilibrado, tem aceitação junto das pessoas, porque se não tivesse os outros não vinham copiar”, afirmou.

Sobre o descongelamento da carreira dos professores, Rui Rio entende como “inevitável” um conflito com docentes, caso o PS vença as eleições. Rui Rio deixa a garantia de que com um governo do PSD a questão das carreiras será encarada com “muito cuidado” e analisada no contexto das demais carreiras especiais da função pública. “O País não pode dar o que não tem e isso eu não posso prometer. Agora posso prometer respeito e negociação no sentido do equilíbrio. Esperemos que a outra parte também tenha equilíbrio”, concluiu.

Debate entre Rui Rio e António Costa

GOVERNAÇÃO SOCIALISTA FOI “UMA OPORTUNIDADE PERDIDA”



A evolução macroeconómica na presente legislatura (o crescimento económico, o défice e o investimento), a emigração, a política de infraestruturas e os impostos foram os temas que dominaram os primeiros minutos de um debate em que Rui Rio mostrou por que é o mais bem preparado para governar Portugal.

No pavilhão do Conhecimento, em Lisboa, segunda-feira, 16 de setembro, o Presidente do PSD considerou que os últimos quatro anos foram “uma oportunidade perdida” e questionou a “saúde” real da economia portuguesa. “Tivemos uma conjuntura altamente favorável, houve reposição de rendimentos, mas não serviu para tratar do futuro. O Orçamento do Estado continua a ter um défice estrutural”, apontou, não obstante uma redução do défice nominal “porque os juros da dívida baixaram imenso, os dividendos do Banco de Portugal cresceram de uma forma brutal, aumentou a carga fiscal e reduziu-se o investimento público”. “O Governo fez alguma reforma? (...) É a conjuntura que empurra para esta situação. Pior ainda, temos um aumento da dívida pública e (...) ainda temos uma degra-

dação enorme dos serviços públicos”, assinalou.

Rui Rio estima que, em 2023, a margem orçamental será na ordem de 15 mil milhões de euros, sendo que 25% dessa folga será destinada a reduzir impostos, outros 25% para aumentar o investimento público e os restantes 50% terão como foco a consolidação orçamental. No plano fiscal, Rui Rio defende uma descida de impostos para as famílias (IRS e IVA da eletricidade) e para as empresas (IRC), porque “nunca os portugueses pagaram tanto impostos relativamente àquilo que é a produção nacional”. “Diz o dr. António Costa que baixou cerca de 1.000 milhões de euros o IRS – e isso é verdade. Mas aumentou outros impostos: os impostos indiretos, no valor de 1,2 mil milhões de euros. Subiu o ISP, o adicional ao IMI, o imposto sobre o tabaco, o imposto sobre veículos, a derrama estadual do IRC, o imposto de selo. Tudo somado dá 1,2 mil milhões de euros”, explicou.

Para sustentar a ideia de debilidade da economia portuguesa, Rui Rio aponta os dados do Observatório da Emi-

gração, segundo os quais cerca de 330 mil portugueses terão emigrado desde 2016. “Se o crescimento económico fosse fantástico, se a política portuguesa estivesse fantástica, as pessoas não iam embora. (...) Emigraram 330 mil pessoas. São as cidades do Porto e de Viana do Castelo juntas”, sublinhou.

O Presidente do PSD diz que é preciso coragem para conter o aumento da despesa em 2% ao ano. “Mas há um momento em que este País tem de ser arrojado, em que se tem de se dizer: a despesa do Estado parou de subir. Portugal precisa deste arrojo, é mais fácil dizer que a despesa corrente vai crescer 3 ou 4%. Nós temos de baixar o peso do Estado no PIB”, afirmou.

Neste debate transmitido pela RTP, SIC e TVI, Rui Rio reafirmou que o PS e o Governo, por prudência, deveriam estar abertos a qualquer conclusão do estudo do impacto ambiental sobre o aeroporto do Montijo, bem como ao resultado da discussão pública.

Sobre a ferrovia, o líder social-democrata especificou que

o programa eleitoral do PSD contém “um projeto de alta velocidade” para “uniformizar o trajeto na linha toda” e permitir que uma viagem entre Lisboa e Porto demore cerca de duas horas. “Não é um investimento brutal para fazer [uma viagem] numa hora e 15 minutos”, disse.

Na discussão em torno do SNS, Rui Rio voltou a apresentar argumentos que levam a concluir aquilo que todos os portugueses sentem no dia a dia: o agravamento das listas de espera, o aumento das dívidas aos fornecedores e a carência de medicamentos nas farmácias mostram que “com o PS, o SNS está pior” do que em 2015.

Rui Rio insiste que o PSD está recetivo às Parcerias Público-Privadas na saúde, “desde que com muito boa fiscalização” e contando que “façam melhor com o mesmo ou menos dinheiro”.

Em relação aos professores, Rui Rio garantiu que, se for governo, se sentará à mesa com os docentes para proceder à recuperação do tempo de serviço, frisando que, para fazer essa devolução em dinheiro, “a margem orçamental

é escassa”, apostando em outras formas de compensação como a redução de horário ou antecipação da idade da reforma. “Podem os professores e portugueses esperar outra coisa: que nunca faça o que o Governo fez (...) Os professores, os oficiais das Forças Armadas, quando eu disser que não há, não há para todos, eu não sou forte com os mais fraquitos. Os professores, comigo, podem ficar a ganhar e negociar de outra forma”, destacou.

Rui Rio acusou o Primeiro-Ministro de ter dois pesos e duas medidas, ao preferir aumentar os vencimentos dos magistrados e relegar para segundo plano outras atividades profissionais. “Um filho que é juiz estagiário ganha mais que o pai que chegou ao topo da carreira de professor”, referiu.

O líder do PSD confessou ter ficado “abismado e estarecido” com uma proposta do programa do PS que possibilita que a regulação do poder paternal possa passar dos tribunais para os julgados de paz.

Ainda na justiça, Rui Rio criticou os julgamentos na praça pública e nos ecrãs de televisão. “Tenho um País em que

os julgamentos em vez de se fazerem nos tribunais, fazem-se nas tabacarias e nas televisões. Julgamentos populares, isso é digno de uma democracia? (...) Qual é a autoridade moral deste regime sobre o Estado Novo quando faz uma coisa destas? Quase que volto a ter 17 anos, quando entrei para a política, para combater uma coisa destas”, afirmou, criticando que a mesma justiça que permite estas fugas depois “faça buscas no Ministério das Finanças” pela ida de um ministro ao futebol.

Rui Rio considera o combate às alterações climáticas um “assunto demasiado sério”, admitindo que a concretização de soluções concretas custa dinheiro, mas “não fazer nada custa muito mais”. “Temos a responsabilidade do Planeta que vamos deixar às próximas gerações”, alertou.

O Presidente do PSD aponta como “muito difícil” a reintrodução do Serviço Militar Obrigatório, até “por razões orçamentais”.

Rui Rio no frente a frente com o secretário-geral do PCP

DESIGUALDADE SALARIAL NAS EMPRESAS É IMORAL



No debate com o secretário-geral do PCP, dia 12 de setembro, Rui Rio estabeleceu como objetivo liderar um governo que tenha “força para fazer as reformas” necessárias para mudar o País. No domínio laboral, o líder do PSD, embora discorde da redução das 40 para as 35 horas, entende que a medida introduzida no setor público deve ser estendida ao setor privado, desde que “o desenvolvimento económico” permita essa convergência.

Em termos de política salarial, Rui Rio questiona a desigualdade salarial nas empresas. “Eu entendo que não é moral, não é correto, haver empresas em que a administração ou a direção de topo ganha muitíssimo mais que os trabalhadores que estão no fundo da tabela. É evidente que tem de haver uma diferença, porque o contributo que cada um dá para aquilo que é o produto da empresa é maior. (...) Mas tem de haver limites”, referiu.

Para contrariar o espectro da recessão demográfica, Rui Rio insiste na realização de políticas promotoras da natalidade e apoiadas por fundos comunitários, através da universalização de uma rede nacional de “creches tendencialmente gratuitas”, do alargamento do abono de família para as famílias mais carenciadas, com uma majoração para o segundo

e terceiro filhos e para quem viva no interior, e da extensão da licença parental para os casais. “O abono de família é um direito da criança, não comecemos logo a criar uma situação de desigualdade”, apontou.

Na saúde, Rui Rio retoma uma das propostas do PSD para este setor: a complementaridade entre o público e setor privado e social, “se fizerem mais e melhor” com o mesmo ou menor orçamento, e a introdução de critérios de gestão eficiente nos hospitais. “O Serviço Nacional é público e tem de continuar a ser público. Aquilo que nos diferencia do PS, do BE e do PCP, daquilo que foi a aprovação da Lei de Bases da Saúde, nós entendemos que se os privados estão capazes de gerir um hospital, com o mesmo orçamento, de fazer mais e melhor, ou até com menos orçamento de fazer mais e melhor, por que é que hei de dizer que não?”, sublinhou.

Neste frente a frente na RTP, Rui Rio diz que, nas eleições legislativas de 06 de outubro, os portugueses terão de escolher entre “o partido que induz mais crescimento económico”, o PSD, e as forças políticas que “desequilibram a economia”, os partidos de esquerda.

Rui Rio na TVI

NACIONALIZAÇÕES PRETENDIDAS PELO BE IRIAM EMPURRAR PORTUGAL “PARA A



Rui Rio esteve frente a frente com a coordenadora do BE, no domingo, na TVI, onde alertou para os riscos que o País correria se enveredasse por uma vaga de nacionalizações, tal como pretendem os bloquistas.

Rui Rio diz, por isso, que o modelo de sociedade que o PSD propõe é “completamente diferente do BE”, comparando o programa eleitoral bloquista aos tempos de radicalização revolucionária, em 1975, durante o Processo Revolucionário em Curso, com a nacionalização de bancos e seguradoras. “Não são dez tostões como diz o Bloco de Esquerda, é muito mais dinheiro. Ir recuperar outra vez os CTT, a ANA, a EDP e a REN, eu não sei com que dinheiro. Aliás, o mercado nem permitiria. Aí, eu deixava de dizer o governo do eng. José Sócrates’ e passava a ser o governo da dr.ª Catarina Martins atirou-nos para a bancarrota! Isto não faz sentido nenhum”, disse.

O Presidente do PSD recorda que Portugal tem uma das dívidas “mais altas no mundo”, pelo que as pretensões do BE iriam fazer disparar a dívida portuguesa para “patamares brutais”.

Rui Rio lembrou ainda as circunstâncias que levaram a aplicar um programa exigente. “Este País teve uma governação do PS que atirou isto para a bancarrota. Entrou a troika que o PS negociou, com um programa que o PS negociou, só que depois foi corrido pelo poder por indecência e má figura, e teve de vir o PSD e do CDS implementar o programa da troika”, assinalou.

No domínio das propostas, Rui Rio reafirmou o carácter público do Serviço Nacional de Saúde, lamentando que o princípio de “acesso universal” imposto pela Constituição, de garantir a o todos os portugueses cuidados de saúde,

não esteja a ser cumprido. O líder do PSD entende que o sistema público “não deve deixar de contar com os privados e o setor social”. “Se um dado hospital conseguir fazer mais e melhor com a mesma verba, eu vou dizer que não”, questionou, sublinhando que o atual Governo do PS, com o apoio do PCP e do BE, é responsável pela degradação do SNS.

Sobre a revisão das leis laborais, Rui Rio expressou que o PSD não se importava que a legislação ficasse como está, mas foi sensível ao acordo de concertação social, o que ajuda a explicar a abstenção da bancada social-democrata no Parlamento. “O PSD, por ele, não alterava a legislação

laboral, mantinha como estava. Houve um acordo de concertação social em que as entidades patronais e os sindicatos concordaram. A CGTP não concordou, mas a UGT estava de acordo. Se estes ajustamentos que houve na lei laboral têm a concordância dos sindicatos democráticos, da UGT e das entidades patronais, então o PSD optou por se abster”, clarificou.

Durante o debate, que teve a duração de 30 minutos, Rui Rio criticou a manipulação das sondagens “por quem as faz” e explicou que o objetivo do PSD é “ganhar eleições” e, dessa forma, “retirar o PCP e o BE da esfera do poder”. “Objetivamente vamos para ganhar”, frisou.



FALÊNCIA!

São múltiplas e intrincadas as similitudes entre José Sócrates e António Costa, todos o sabemos.

Há, no entanto, uma que vale a pena acentuar: a falência e a bancarrota que Sócrates trouxe às finanças públicas encontra eco na falência e bancarrota que Costa impôs aos serviços públicos.

Quando, por falta de investimento e pessoal, os comboios são suprimidos, não têm qualidade e caem aos bocados, isso é falência de um serviço público.

Quando os tribunais funcionam em condições deploráveis e publicamente denunciadas pelos juizes das diferentes comarcas, isso é bancarrota de um órgão de soberania. E poderíamos continuar com os atrasos na atribuição de pensões, que este Governo deixa arrastar por meses e anos ou ainda com a insegurança pública lançada pela incapacidade de garantir a proteção de pessoas e bens, como seu viú, tragicamente, em 2017.

Porém, o caso mais grave e que tem merecido insistente denúncia por parte do Presidente do PSD, Dr. Rui Rio, prende-se com o lastimável funcionamento do serviço nacional de saúde.

São as listas de espera para consultas e cirurgia que atingem números como nunca se viu.

É o investimento que não se faz, na modernização das tecnologias de diagnóstico e de terapêutica.

São as obras adiadas em hospitais e centros de saúde, de Norte a Sul e sem esquecer os hospitais novos, reiteradamente prometidos ao longo da legislatura e onde nada se moveu.

São os números da mortalidade infantil que subiram em 2018, invertendo um ciclo virtuoso e longo de descida, situação que ninguém ainda conseguiu explicar.

É o caos prevalecente nas urgências e, muito em especial nas maternidades.

São os profissionais do setor que protestam e lançam mão de lutas sindicais extremas, espalhando o caos.

É, finalmente, uma sensação que alastra de que o serviço nacional de saúde entrou numa espiral de falência e bancarrota de onde fogem os mais abastados e onde penam os mais carenciados.

E todas estas maldades ocorrem com um governo socialista, apoiado no Parlamento pelos partidos da esquerda radical, que enchem a boca com arreganhada defesa do serviço público de saúde e se concertaram, na aprovação de uma lei de bases da saúde sectária e obsoleta.

Nestes últimos quatro anos, a política de saúde converteu-se num frenético campo de batalha ideológica onde o que menos contou foi o cidadão.

Por isso, vimos como as pessoas que puderam lhe viraram as costas e, “vendam-se os anéis, fiquem os dedos”, procuraram refúgio no setor privado e social que tem vindo a crescer de forma assinalável.

Outro paradoxo desses arautos do serviço nacional de saúde, que, de tanto lhe quere-rem, acabam a estrangulá-lo!



Adão Silva

Cabeça de lista do PSD pelo círculo de Bragança

O Presidente do PSD, Dr. Rui Rio, tem vindo a referir que nós, sociais-democratas, vamos continuar a bater-nos pela modernização e pelo bom funcionamento do serviço nacional de saúde.

Faz bem!

Por um lado, porque está em linha com que sempre defendemos e promovemos. Se outros abriram os alicerces para a sua construção, foram os governos sociais-democratas que lhe deram corpo, robustez e aprumo jurídico, com a lei de bases que vigorou 28 anos, desde 1990.

Por outro lado, porque um serviço nacional de saúde a funcionar bem, traz justiça, igualdade de oportunidades, equidade, modernidade e competitividade (económica e social).

Por isso é com entusiasmo que o ouço anunciar propósitos de modernização e de autonomia verdadeira no funcionamento das unidades hospitalares; que o vejo reiterar a necessidade de alargar serviços, especialmente nos cuidados continuados, tão olvidados nesta legislatura e que percebo o alcance de uma política de inovação na gestão e na relação com os diferentes grupos profissionais dos mais de 130.000 funcionários.

É um trabalho exigente, mas que vale a pena, para o futuro de Portugal e o sucesso de TODOS os Portugueses.

PORTUGAL PRECISA MENOS CARGA FISCAL E BOA GESTÃO PÚBLICA



PSD CRITICA “TOTAL AUSÊNCIA DE CLARIFICAÇÃO NA LIGAÇÃO ENTRE PORTIMÃO E O FUNCHAL”

O PSD de Portimão acusa António Costa e o PS de desprezarem o Algarve ao prometerem o “ferry Funchal-Lisboa sem clarificar situação de Portimão”.

A concelhia liderada por Carlos Gouveia Martins recorda que a proposta unanimemente aprovada em Assembleia Municipal de Portimão incumbia o executivo de trabalhar esta matéria com o Governo e o Governo Regional.

“Em período eleitoral na região autónoma da Madeira, o candidato apoiado pelo PS, Paulo Cafofo, anunciou publicamente ao Jornal da Madeira o compromisso com o Primeiro-Ministro, António Costa, para se estabelecer a ligação marítima entre o Funchal e Lisboa durante todo o ano a partir da próxima Legislatura. (...) Porém, no âmbito da responsabilidade que se exige a qualquer Governo da República em ter de garantir a continuidade territorial na dimensão marítima entre o continente e as regiões autónomas, assegura agora candidato madeirense do PS, enquanto ventríloquo do Primeiro-Ministro, que esta nova concessão já será totalmente suportada pelo Governo e que há conversações com o Ministério do Mar”, acusa.

O PSD de Portimão assinala que a Assembleia Municipal de Portimão, em reunião de 29 de abril de 2019, “deliberou por unanimidade incumbir o executivo da Câmara Municipal de ficar responsável por transmitir a vontade de Portimão, e dos portimonenses, em participar numa Comissão tripartida, entre governo de Portugal, governo Regional da Madeira e município de Portimão, no sentido de transmitir a vontade de ambos os órgãos municipais de Portimão na continuidade da ligação marítima com o Funchal”.

Nesse sentido, e sem qualquer avanço ao longo destes cinco meses, desde esta aprovação unânime da proposta de



PSD/Portimão de abril, “reforça a Comissão Política portimonense a urgência em clarificar-se qual o futuro da ligação marítima entre Portimão e o Funchal”.

Para o Presidente do PSD/Portimão, Carlos Gouveia Mar-

tins, não está em causa a ligação marítima entre o Funchal e Lisboa, mas a “total ausência de clarificação sobre o futuro da ligação entre Portimão e o Funchal que traz grandes mais-valias para o Concelho e para a Região ao nível turístico, económico e humano”.

PSD/ALGARVE CRITICA PS POR FAZER DO ESTADO UMA “MÁQUINA DE PROPAGANDA”

O PSD/Algarve tomou conhecimento de que o Governo, representado pela secretária de Estado da Educação, Alexandra Leitão, também candidata a deputada e os candidatos do Partido Socialista pelo Algarve, participaram numa cerimónia promovida pelo município de Olhão, liderada por um militante socialista, e na qual foram entregues “tablets” a alunos. Para o PSD/Algarve, esta prática é inaceitável.

A distrital liderada por David Santos considera que Estado “não tem nem pode ter cor ou preferência”.

Nessa medida, “esta conduta lesa a imparcialidade e coloca o Estado ao serviço de objetivos partidários”. “Este episódio não é, infelizmente, caso único. Nos últimos dias, os candidatos do PS no Algarve, nessa qualidade, também participaram numa cerimónia de associações de pescadores no âmbito das festas de Monte Gordo, tendo um candidato a deputado e membro do Governo, José Apolinário, confundido ambos os planos e acabando por assumir na ocasião o papel de membro do Governo, retirando, imediatamente antes da entrega de prémios, o autocolante do PS que envergava.

“O PSD/Algarve espera que a Comissão Nacional de Eleições averigue e puna quem não cumpre a lei nem respeita os mínimos padrões de ética, mas sobretudo que o PS se liberte de tratar o Estado como se fosse uma coutada sua”, acusa o PSD/Algarve.



LEIRIA – REGIÃO COMPETITIVA INTERNACIONAL

Leiria é um distrito fortemente empreendedor, com empresas exportadoras e que criam valor e emprego de forma ímpar a nível nacional. Essa é uma das marcas mais marcantes do distrito de Leiria.

A globalização das economias é um dado adquirido e com isso advém toda uma nova forma de olhar para a competitividade e atratividade regionais. Neste novo paradigma de competitividade supranacional, a o distrito de Leiria não deve competir apenas economicamente com outras regiões do país, até porque isso já o faz de forma notória e proficiente. Leiria precisa de afirmar-se numa nova dimensão e deverá olhar para o futuro de forma ambiciosa com o intuito de competir, isso sim, com regiões de referência de outros países europeus.

Para tal, devem ser criadas condições ao tecido empresarial e económico do distrito para cumprir este desígnio.

Em primeiro lugar, deve haver uma aposta clara na inovação como veículo para a criação de riqueza (Indústria 4.0) e adoção de procedimentos fundados nas novas tecnologias, sem esquecer a evidente necessidade de haver a criação de sinergias na forma triangular que envolva a ciência/investigação; o território/autarquias; as empresas. O sucesso alcançado pelo Politécnico de Leiria também se explica pela excelente relação e várias parcerias estabelecidas entre esta instituição de Ensino Superior, os Municípios e as empresas da região.

Em segundo lugar, é fundamental que sejam delineados modelos fiscais que premeiem empresas inovadoras que apostem no desenvolvimento tecnológico e em sinergias com os setores educativos (ciência & tecnologia). A carga fiscal atingiu o seu valor máximo de sempre em Portugal e é imperioso começarmos por reduzir a tributação sobre as empresas (e famílias, naturalmente).

Mas numa altura em que o País e o Mundo acordaram para a emergência climática, o caminho só pode ser o da descarbonização como via para o desenvolvimento e para a diferenciação supranacional. A título de exemplo, nem no mais básico que é o reforço da rede pública de carregamento de veículos elétricos o Governo tem estado à altura do que se exigia.

Para a promoção da atratividade da Região de Leiria no panorama internacional é fundamental potenciar e fortalecer a atracão de investimento estrangeiro em áreas tradicionais, mas também (e sobretudo) inovadoras, tecnológica e de base criativa.



Margarida Balseiro Lopes

Cabeça de lista do PSD pelo círculo de Leiria

Para que tudo isto possa ser exponenciado, seria chave a abertura à aviação civil da Base Aérea de Monte Real enquanto infraestrutura de enorme impacto na competitividade regional (supra-distrital) e nacional, contribuindo decisivamente para a sustentabilidade e competitividade das empresas de toda a região centro.

Estas são algumas das dimensões mais importantes do desígnio de tornar Leiria uma região competitiva internacional.

VOTO ANTECIPADO EM MOBILIDADE NO TERRITÓRIO NACIONAL

SAIBA MAIS



PRIMEIROPORTUGAL

GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES “ESCONDE” LISTAS DE ESPERA PARA CIRURGIA

O líder parlamentar do PSD/Açores acusa o Governo Regional de estar a “esconder” os dados sobre as listas de espera para cirurgia desde maio de 2018, exigindo que o executivo “deixe de ocultar” essa informação dos açorianos. “O Governo Regional tem responsabilidades política na gestão das listas de espera para cirurgia, cujos dados esconde deste maio do ano passado. Os açorianos continuam sem conhecer esses números. E o que diz a senhora Secretária Regional da Saúde? Que é ‘para breve’. Convenhamos que é um ‘breve’ muito longo”, afirmou Luís Maurício.

O presidente do grupo parlamentar social-democrata, que falava dia 12, na Assembleia Legislativa dos Açores num debate sobre saúde, salientou que há “incompetência” na gestão do problema das listas de espera para cirurgia, tendo dado como exemplo o atraso na contratação de mais médicos anestesistas.

“Há dois anestesistas no Hospital de Ponta Delgada que concluíram a especialidade em abril deste ano e ainda não foi feito contrato com eles. Isso é um caso concreto de incompetência. O Hospital está à espera que estes anestesistas se vão embora?”, questionou.

Já a deputada do PSD/Açores, Mónica Seidi, alertou para a diminuição do número de cirurgias no conjunto dos três hospitais da Região, que “não seguem uma tendência crescente como seria de esperar”. “No Hospital de Ponta Delgada a produção cirúrgica diminui cerca de 6,38 por cento face ao ano anterior, o que em números absolutos corresponde a menos 500 cirurgias. São menos 500 doentes operados”, frisou.

Para Mónica Seidi, o problema das listas de espera para cirurgia constitui uma “verdadeira calamidade” no sector da Saúde nos Açores, que o Governo Regional tarda em combater. “Foram necessários três anos de legislatura para o Governo Regional reconhecer que era necessário intervir no sector da Saúde de uma forma di-



ferente. Mas também aqui o Governo chega tarde, pois o PSD/Açores há muito que prioriza este sector na sua ação política”, afirmou.

A parlamentar social-democrata lembrou que o PSD/Açores defende, desde 2013, a “produção cirúrgica adicional” como forma de recuperação das listas de espera, mas o Governo e o PS “demoraram dois anos a reconhecer essa proposta como um instrumento válido”.

“Graças à produção cirúrgica adicional foi possível operar cerca de 1.900 utentes que se encontravam há mais tempo inscritos para cirurgia. E muitos mais já poderiam ter sido operados, não fosse a teimosia do partido que suporta o Governo em não querer reconhecer esta proposta como uma boa medida”, lembrou.

Mónica Seidi recordou ainda a proposta social-democrata para reabertura das salas de pequena cirurgia nos centros de saúde de Ponta Delgada e da Ribeira Grande, que permitiria ajudar muitos utentes em lista de espera, mas foi rejeitada pelo PS e pelo Governo Regional.

“Desde sempre que o PSD/Açores deu prioridade à Saúde na sua agenda, pese embora não haja da parte do Governo recetividade ou abertura para acolher as nossas medidas. Mas continuaremos a apresentar propostas, a bem de todos os açorianos”, concluiu.

Recorde-se que, de acordo com os últimos dados disponíveis, existem mais de 12 mil açorianos em lista de espera para cirurgia.

VASCO CORDEIRO “NEGLIGENCIA CONSEQUÊNCIAS” DE ACORDO UE-MERCOSUL PARA OS AÇORES



O candidato do PSD/Açores à Assembleia da República, António Ventura, acusa os governos nacional e regional de estarem a “negligenciar as consequências” do Acordo de comércio livre entre a União Europeia (UE) e os países do Mercosul. “Quer o Governo da República, quer o Governo Regional, estão a negligenciar as consequências deste acordo para Portugal e para os Açores. E no caso dos Açores as implicações poderão ser ainda maiores, tendo em conta o peso da Agricultura na economia da nossa Região”, afirmou.

O deputado social-democrata falava após uma reunião com a direção da Associação Agrícola da Ilha Terceira, em que participaram o cabeça de lista do PSD/Açores à Assembleia da República, Paulo Moniz, e o presidente do partido, Alexandre Gaudêncio.

Na ocasião, António Ventura considerou “urgente conhecer o impacto deste Acordo quer a nível a nacional, mas sobretudo nos Açores, onde a economia está suportada na agropecuária”.

“Continua sem saber-se quais são os impactos do Acordo UE-Mercosul. Apesar dos vários apelos das associações ligadas ao setor, o Governo da República faz de conta que nada se passa, perante o silêncio comprometedor do Governo Regional”, disse.

Para o candidato social-democrata, “é nos momentos da decisão que se vê quem é que realmente defende os Açores e está ao lado dos açorianos”.

António Ventura lembrou que o Mercosul (que integra Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) “é um dos grandes exportadores de produtos agrícolas – nomeadamente carne de bovino –, mas não dispõe na produção das mesmas exigências legislativas ao nível ambiental, da utilização de hormonas, nas normas de bem-estar animal, do uso do solo e dos fitofármacos”.

O candidato social-democrata açoriano acrescentou que as principais associações ligadas ao setor da bovinicultura de carne, a nível nacional e europeu, “já se insurgiram contra o Acordo”.

O Acordo com o Mercosul tem agora de ser ratificado pelos parlamentos nacionais dos estados-membros da União Europeia.

POVO LIVRE

Director: Luis Álvaro Campos Ferreira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

Primeiro-Ministro desdobra-se em contactos face aos desenvolvimentos sobre o futuro da Europa



Giscard d'Estaing em Lisboa

Durão Barroso em Helsínquia



páginas 5 e 6

Congresso Regional
da JSD/Madeira
Uma Juventude Madura

página 9

Grupo Parlamentar PSD
• **Código Laboral**
• **Comparticipação
nos Medicamentos**

páginas 3 e 4

Ética no Futebol
• **José Luís Arnaut quer
balizas deontológicas na
profissão**

página 7

Edição n.º 1307 do "Povo Livre" | de 22 de janeiro de 2003.

"Primeiro-Ministro desdobra-se em contactos face aos desenvolvimentos sobre o futuro da Europa: Giscard d'Estaing em Lisboa, Durão Barroso em Helsínquia". O então Primeiro-Ministro recebia o Presidente da Convenção para o Futuro da Europa e ex-Presidente francês, Valéry Giscard d'Estaing, com quem debateu questões relacionadas com a reforma das instituições europeias. Durão Barroso esteve ainda na Finlândia.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



SECÇÕES

BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Barreiro, para reunir no próximo dia 07 de Outubro de 2019 (Segunda-Feira), pelas 20.30 horas, na Sede Concelhia, na Rua de Trás-os-Montes, 48 - B, Freguesia de Santo António da Charneca, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações
2. Análise dos Resultados das Eleições Legislativas de 6 de Outubro
3. Análise da situação político-partidária

CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Castelo Branco, para reunir no próximo dia 24 de Setembro de 2019 (Terça-Feira), pelas 20.30 horas, na Sede Concelhia em Castelo Branco, na Rua da Amoreirinha, 1, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações
2. Análise da situação política

ELVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Elvas, para reunir no próximo dia 30 de Setembro de 2019 (Segunda - Feira), pelas 21.00 horas, na Sede Concelhia, situada, na Rua da Feira, 30 – A, Elvas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da Situação Política Nacional e Eleições Legislativas
2. Análise da situação Política Local
3. Outros Assuntos

MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco a Assembleia da Secção de Mafra, para reunir em sessão ordinária, no próximo dia 27 de Setembro de 2019 (Sexta-Feira), pelas 21.00 horas, na Sede Concelhia, sita na Rua do Arvoredo, Bloco B - Ericeira, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Encontro Nacional de Autarcas Social Democratas
2. Eleições Legislativas 2019
3. Análise da situação política Nacional, Regional e Local
4. Outros assuntos

NÚCLEOS

SÃO DOMINGOS DE RANA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Núcleo de São Domingos de Rana, para reunir em Sessão Plenária, dia 30 de Setembro de 2019 (Segunda - Feira), pelas 20.30 horas, na Avenida Padre Agostinho da Silva, 636, B – Tires, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações
2. Análise da situação Política

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00

email: teresa.santos@jsd.pt



CALDAS DA RAINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Militantes da Concelhia das Caldas da Rainha, para reunir no próximo dia 25 de Outubro 2019, pelas 21 horas, na Sede do PSD/Caldas da Rainha, sita na Praça 5 de Outubro, 18 – R/c Dt.º, Caldas da Rainha, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Mesa de Plenário da Concelhia;
- 2 – Eleição da Comissão Política da Concelhia.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem o substitua, até às 24h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O acto eleitoral decorrerá entre as 21h e as 23h.

FAFE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os Militantes da JSD Concelhia de Fafe para reunir em Plenário Concelhio, no próximo dia 11 de Outubro de 2019 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede do PSD Fafe, sita na Praça 25 de Abril, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política;
- 2 - Outros assuntos

**Acompanhe-nos
no dia-a-dia...**



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**